

POLÍTICAS DE COMPETITIVIDADE PARA O SECTOR AGRO-ALIMENTAR

Prioridades Estratégicas
Indústria Portuguesa Agro-Alimentar



XII LEGISLATURA | 2011-2015
XIX GOVERNO CONSTITUCIONAL
Abril 2011



A Indústria Agro-Alimentar é um importante pilar da economia portuguesa, fornecendo a mais de 10 milhões de consumidores uma grande variedade de produtos seguros e de elevada qualidade.

É o maior sector industrial nacional, constituído por cerca de 11 000 empresas, com um volume de negócios estimado de 15 000 milhões de euros e empregando directamente cerca de 110 000 pessoas.

A FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares tem vindo a contribuir, de forma proactiva, para o desenvolvimento de um ambiente no qual todas as empresas da Indústria Agro-Alimentar nacional, qualquer que seja a sua dimensão, possam competir para um crescimento sustentável, indo ao encontro das necessidades dos consumidores e dando resposta aos desafios colocados pela Declaração de Lisboa, para tornar a Europa num espaço competitivo à escala global, sem pôr em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental.

PRINCIPAIS DADOS DO SECTOR *

Volume de Negócios – 15 000 milhões de euros

Número de Empresas – 11 000

Números de Trabalhadores – 110 000

* Previsões FIPA para 2010



Identificamos vários pontos fortes da nossa indústria, nomeadamente no que toca:

- ao esforço que tem sido feito no sentido da modernização;
- à capacidade de inovação de muitas das empresas nacionais;
- ao potencial para exploração de novos mercados;
- à capacidade de auto-regulação e de gerar confiança no consumidor.

Encontramos, por outro lado, alguns constrangimentos que se têm revelado difíceis de ultrapassar:

- um sector muito atomizado;
- uma grande dependência das importações;
- um conjunto de barreiras administrativas que condicionam a dinâmica empresarial;
- a posição ocupada na fileira, que está na origem de uma grande dependência do comércio das matérias-primas e da enorme pressão por parte da distribuição.



PRINCIPAIS EIXOS DE COMPETITIVIDADE DO SECTOR AGRO-ALIMENTAR

O principal objectivo da Indústria Agro-Alimentar nacional é fornecer aos consumidores e à sociedade em geral uma vasta variedade de géneros alimentícios de elevada qualidade, seguros, saudáveis, sensorialmente apetecíveis, economicamente acessíveis e produzidos de forma sustentável, mantendo ao mesmo tempo a sua capacidade competitiva.

Os principais eixos de suporte à manutenção e reforço da capacidade competitiva das empresas do sector incluem:

- **reforço da competitividade industrial**, suportada por um bom funcionamento dos mercados, indo ao encontro dos desafios da globalização e consolidando as condições para uma melhor e maior internacionalização;
- **reforço da confiança dos consumidores**, baseada no diálogo, numa ciência idónea e numa aproximação séria e equilibrada aos assuntos relacionados com a alimentação, estilos de vida e saúde;
- **desenvolvimento sustentável da fileira**, através de uma gestão equilibrada, suportando a criação de valor e reforçando as práticas de responsabilidade social.

Em Portugal, a Indústria Agro-Alimentar tem tido um papel de extrema relevância na criação de emprego e de riqueza. No entanto, continua a ser o sector mais regulamentado e com maiores constrangimentos à sua actividade.

Neste contexto, a FIPA tem vindo a sensibilizar os sucessivos Governos e Grupos Parlamentares para a necessidade urgente de serem adoptadas medidas que visem evitar a destruição do tecido empresarial, pondo em causa muitas economias familiares e o normal abastecimento alimentar. Torna-se assim urgente:

- > reconhecer o papel e a importância da auto-regulação do sector e limitar as barreiras legais e administrativas, através de uma menor e melhor regulamentação;
- > eliminar as injustiças fiscais ainda vividas por alguns sub-sectores e aumentar a responsabilização do Estado face às suas obrigações, nomeadamente no que toca aos prazos de devolução do IVA;
- > estabelecer políticas de fileira que criem condições para um abastecimento agrícola de proximidade;
- > garantir a sustentabilidade dos custos de produção;
- > reforçar os mecanismos e instrumentos de garantia do funcionamento das regras da concorrência nas relações com a distribuição e assegurar a aplicação de regras sobre práticas comerciais restritivas;
- > eliminar progressivamente a dependência de várias tutelas criando um interlocutor único para os assuntos específicos do sector.

REFORÇO DA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

A Indústria Agro-Alimentar é o sector económico mais importante do tecido industrial, tendo registado algum crescimento nos últimos anos. No entanto, enfrenta hoje vários riscos que colocam em causa a sobrevivência de muitas empresas. A capacidade de produzir e introduzir no mercado produtos sem constrangimentos impróprios é essencial para atingir o objectivo global da indústria.

Ao nível do **mercado interno**, a simplificação das enormes barreiras administrativas e uma envolvente de fileira mais apoiada são mecanismos essenciais para ajudar, particularmente, as pequenas e médias empresas que representam a maior “fatia” do sector.

Por outro lado, a **internacionalização** das empresas nacionais, como forma de conquista de novas oportunidades, torna-se uma inevitabilidade. A qualidade dos nossos produtos, associada a um reforço das redes de contactos dentro e fora da União Europeia, revela, por si só, um enorme potencial de sucesso junto de outros mercados e permitirá, em vários casos, um ganho de dimensão do sector e da economia nacional.

A **inovação** continua a ser um desafio para a Indústria Agro-Alimentar, nomeadamente na relação com os principais temas económicos, sociais e demográficos e na garantia da competitividade da maioria das empresas, através da identificação de oportunidades que estejam de acordo com as políticas e regulamentação da União Europeia, que garantam a segurança alimentar e possibilitem ir ao encontro das necessidades gerais e das expectativas e atitudes específicas dos consumidores.

A FIPA considera urgente a adopção de uma política alimentar integrada, focalizada na valorização da fileira, e de uma abordagem suficientemente flexível e conveniente para a actividade comercial, nomeadamente:

> simplificação e redução do quadro regulador e eliminação do peso burocrático;

> eliminação das barreiras administrativas e fiscais, nomeadamente no que respeita ao diferencial do IVA entre Portugal e Espanha, aos atrasos de pagamento por parte do Estado, à elevada carga fiscal sobre as empresas, aos atrasos da justiça e ao licenciamento industrial;

> criação de incentivos fiscais para processos de inovação e modernização;

> eliminação das dificuldades de acesso ao crédito;

> maior proporcionalidade nas acções de fiscalização e autonomização da componente de avaliação científica da componente de gestão do risco;

> promoção de um acesso competitivo e transparente aos mercados de matérias-primas agrícolas, à energia e aos combustíveis;

> construção de uma estratégia nacional de acessibilidades, que torne o serviço à indústria transformadora menos dependente do transporte rodoviário e permita otimizar os custos de utilização dos portos que são, simultaneamente, os mais caros da Europa e uma das principais vias de abastecimento de matérias-primas e de apoio à exportação;

> dando sequência às recomendações do Relatório da Autoridade da Concorrência sobre “Relações Comerciais entre a Distribuição Alimentar e os seus Fornecedores”, deve ser estabelecida uma metodologia para a revisão da actual legislação sobre práticas comerciais restritivas;

> o alargamento das exigências de prazos de vencimento máximos para efeitos de pagamento de todos os produtos alimentares fornecidos à Grande Distribuição;

> a criação de condições para a existência de uma entidade reguladora forte e promotora da livre concorrência;

> apoio inequívoco às exportações das empresas nacionais.



REFORÇO DA CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES

Os consumidores estão cada vez mais atentos ao papel dos alimentos e da alimentação no seu bem-estar, saúde e longevidade. Como resultado, crescem as tendências de inovação relacionadas com a prevenção de factores de risco e a promoção da forma física, associadas a maiores exigências ao nível do preço, prazer, conveniência e ética. Por outro lado, a relação entre a alimentação, estilos de vida saudáveis e saúde tornou-se uma das prioridades de vários governos. As rápidas mudanças sentidas ao nível das percepções e expectativas têm motivado o crescente posicionamento da indústria como parceira e principal dinamizadora de compromissos geradores de confiança.

A FIPA entende que os **eixos da saúde e da nutrição** são, e continuarão a ser, os motores da inovação e do desenvolvimento e defende que as iniciativas futuras promovidas pela indústria devem ser proporcionadas, solidamente suportadas por evidências científicas e focalizadas na protecção da saúde dos consumidores, para que possam ser um contributo válido para uma adopção de estilos de vida mais saudáveis.

Muitas empresas do sector têm vindo a assumir seriamente as suas responsabilidades e deram já início a um conjunto de acções concretas nesse sentido:

- Reformulando os produtos existentes e desenvolvendo inovações que permitem disponibilizar uma crescente diversidade e conseqüentemente opções mais saudáveis;
- Disponibilizando aos consumidores uma informação acrescida e mais clara sobre as características nutricionais dos géneros alimentícios;

- Adoptando medidas voluntárias ao nível do marketing e da publicidade dos géneros alimentícios, particularmente quando dirigidos a crianças;
- Promovendo a actividade física, desporto e estilos de vida saudáveis.

Numa atitude responsável e integradora, a FIPA continuará a trabalhar com os parceiros institucionais cuja actividade possa ter influência, directa ou indirecta, nesta temática. Por outro lado espera, dos órgãos decisores, uma atitude de diálogo e parceria:

- > deve haver um claro incentivo à auto-regulação e um maior reconhecimento dos compromissos associativos e empresariais;
- > o sector deverá ser ouvido sobre as alterações ou revisões propostas para a legislação, nomeadamente a relativa à informação ao consumidor;
- > as políticas, para além de participadas, deverão ter sempre uma base científica e promover uma aproximação mais alargada e equilibrada aos desafios colocados pelas doenças relacionadas com os maus estilos de vida;
- > deverão ser privilegiadas políticas educativas que tenham por base o princípio de uma escolha livre e informada.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FILEIRA

Assumindo-se como o principal cliente da agricultura, a Indústria Agro-Alimentar é responsável pela formação e melhoria do rendimento das explorações agrícolas e pecuárias, estimulando a sua inovação e competitividade, constituindo, nas suas diferentes fileiras, um sector estratégico para o desenvolvimento sustentável da agro-pecuária nacional e decisivo na definição e implementação das políticas públicas, sobretudo as directamente ligadas ao desenvolvimento do mundo rural.

Face aos inúmeros desafios, ganha relevância estratégica a adopção de uma **política alimentar**, mais do que uma política agrícola, sendo fundamental caminhar-se progressivamente no sentido de um modelo que seja menos agrário e mais agro-alimentar.

A Indústria Agro-Alimentar não é hoje apenas responsável pelo fornecimento diário de géneros alimentícios de elevada qualidade, seguros, saudáveis, sensorialmente apetecíveis e com preços competitivos, mas também pela necessária liderança no que respeita à **sustentabilidade ambiental**, nomeadamente ao nível da redução dos consumos de água e energia, da redução dos resíduos, do aumento da eficiência dos recursos e do envolvimento em iniciativas com os parceiros da fileira.

A PAC pós 2013 exige desde já uma reflexão que permita à agricultura continuar a ter uma política comum, devendo ser evitadas tentativas de renacionalização e distorções de concorrência entre agriculturas, agricultores ou regiões.

Factor hoje indissociável de qualquer política agrícola é a sustentabilidade ambiental com reconhecidos efeitos hereditários para a própria indústria, quer ao nível do crescimento, sanidade e prosperidade das suas matérias-primas, quer ao nível da redução da utilização e custos dos vários recursos. Torna-se assim fundamental:

- > a aposta na reciclagem, tecnologias e culturas, que promovam uma melhor e mais eficiente gestão da água, e nos biocombustíveis de 2ª geração;
- > a auscultação do sector em relação às principais políticas ambientais, nomeadamente a Política Integrada de Produtos, Alterações Climáticas, Energia, Resíduos e Embalagens e a sua integração nas entidades consultivas do Ministério do Ambiente;
- > uma maior eficiência e optimização dos custos dos sistemas de recolha municipais, a valorização dos resíduos de embalagens e a discriminação do valor do Ponto Verde nas facturas;
- > a protecção e valorização dos recursos geológicos e a promoção da riqueza e diversidade das águas naturais.



CONTACTOS FIPA

FIPA - Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares
Rua da Junqueira, nº 39 • Edifício Rosa 1º piso
1300-307 LISBOA - Portugal

Telefone 217 938 679

Fax 217 938 537

Website www.fipa.pt

Email info@fipa.pt

